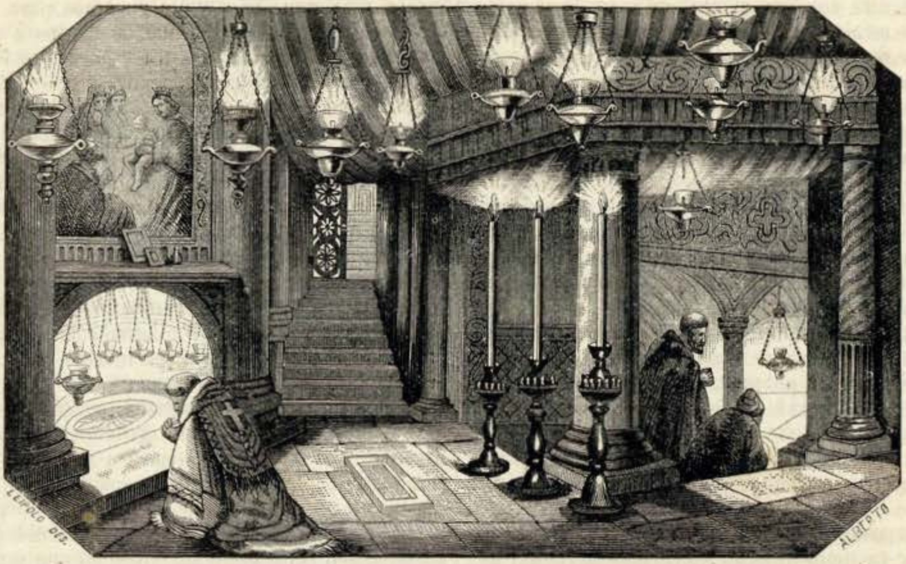


Capella da Natividade, em Bethleem

Berço do christianismo, testimunha dos factos que constituem o fundamento de todas as suas crenças, e tumulo tambem dos mais insignes varões do povo hebreu, a Palestina desenrola á vista do viajante, ainda o menos religioso, vasto theatro para investigações profundas, largo assumpto para séria meditação.

Por muito que o espirito do viajeiro vá alheiado pelas dúvidas do scepticismo, impossivel será que não seja tocado de respeito ao contemplar esses logares, onde se passaram as scenas mais augustas da religião que veiu inaugurar no mundo o reinado do amor e da caridade.

Depois de Jerusalem, é de certo, historicamente considerada, Bethleem a cidade mais importante da Palestina.

Como se lhe não bastára para celebridade ter visto nascer o Messias, a antiga Ephrata apresenta logo ao visitante que se aproxima o tumulo de Rachel, ainda, segundo a tradição, o mesmo que Jacob erigiu; aviva-lhe, com as espigas loirejantes dos seus campos, a lembrança poetica de Ruth; recorda-lhe a sagração de David como rei de Israel; e, patenteando-lhe os testimunhos de homenagem que no seu pequeno recinto tem, durante dezenove seculos, accumulado os reis e os povos, obriga-o a curvar-se ante o simples presepio onde nasceu o fundador do christianismo.

De todos os monumentos de Bethleem, ou Beït Lehm, como lhe chamam os arabes, o mais digno de visitar-se é, por certo, a egreja da Natividade, ou de Santa Maria, situada na extremidade oriental da cidade.

Esta egreja, edificada, segundo a geral tradição, no mesmo logar em que nasceu Jesus, foi começada a construir por ordem de Santa Helena, e acabada por seu filho, o imperador Constantino.

O edificio é em fórma de cruz, sendo as tres secções superiores separadas, por uma parede, do pé ou secção inferior, que é hoje uma especie de vestibulo, onde se reunem, para conversar e fumar, os sectarios das differentes religiões que habitam em Bethleem, e principalmente os turcos e os arabes.

A egreja é possuida pelos gregos, latinos e armenios, que vivem no convento circunjacente, occupando os primeiros toda a parte superior e a nave direita do cruzeiro, e os ultimos a nave esquerda. Os latinos não tem altar no pavimento superior da egreja, mas estão de posse da celebre gruta ou capella da Natividade. A entrada d'esta capella, para a qual se desce por duas escadas de quinze degraus cada uma, é indicada por uma estrella, outr'ora de prata massiça, e hoje de marmore, a qual, segundo a tradição, corresponde exactamente ao logar do ceo onde parou o astro pelo qual foram guiados os magos até ao logar onde nascêra o Messias.

A capella da Natividade é de fórma irregular, medindo 12 metros de cumprimento, 5 de largura e 3 de altura. O pavimento e as paredes são revestidos de preciosos marmores. Ricas lampadas de prata allumiam a toda a hora o sanctuario venerando.

No logar onde nasceu Jesus estão escriptas estas palavras: *Hic de Virgine Maria Jesus Christus natus est.*

A devoção dos crentes, nem sempre allumiada pela verdade historica, tem escolhido este recinto e os que o rodeiam para commemorar differentes factos, mais ou menos ligados com o nascimento e a vida de Christo, como se o logar d'onde saiu a annunciar-se ao mundo a *boa nova* não bastasse por si só para attrahir o respeito profundo de toda a christandade.

O presepio, o logar em que o Messias foi deitado na palha, o altar dos magos, constituem as partes principaes da capella, proximo da qual se mostram tambem o logar onde S. José se conservou durante o nascimento de Jesus; a cella em que S. Jeronymo viveu a maior parte da vida, occupado na versão do Antigo Testamento; o tumulo d'este santo, e os de Santa Paula, Santa Eustachia, sua filha, e de Santo Eusebio de Cremona.

T. DE C.

D. CATHARINA DE BRAGANÇA

(Conclusão. Vid. pag. 314)

Clarendon conclue a sua longa narrativa das discordias de Carlos II com D. Catharina de Bragança, dizendo que se chegou a acreditar que o rei fizesse cessar o escandalo da sua corte, retirando do paço a favorita, e não consentindo que ella ahi fosse, sem comtudo abandonar uma amizade de tantos annos [1]; mas que tal se não conseguíra, porque o rei, á vista da reconciliação repentina da rainha com a condessa, persuadiu-se que a antipathia que lhe mostrára a prin-

[1] Deu lhe por fim o titulo de duqueza de Cleveland; e aos tres filhos que d'ella houve os de duques de Southampton, de Grafton e de Northumberland.

cipio fôra fingida, ou nascida da indole artificiosa, pertinaz e inconstante de D. Catharina.

E foi tal este convencimento, que, tendo considerado sempre a rainha por mui discreta, sisuda e perspicaz, mudou de parecer, e comprazia-se em notar que ella perdêra grande parte da reputação que havia gozado.

Estes ultimos periodos do chanceller-mór de Carlos II, a respeito da nossa princeza, necessitam de commentario.

Temos visto que D. Catharina luctou quanto pôde contra a prepotencia com que o rei seu marido a quiz obrigar a receber a sua amasia para dama do paço; e agora vemos que ella cedeu, e repentinamente, como diz o chanceller de Inglaterra.

Esta inopinada resolução deveu ter uma causa poderosa, que assim compellisse uma princeza de tão castos sentimentos a submetter-se á escandalosa exigencia do rei seu marido. Achal-a-hemos compulsando a historia d'aquelle tempo.

Tinha D. Catharina declarado que antes queria voltar a Portugal que acceitar por sua dama de honor a condessa de Castlemaine, favorita do rei seu marido. E n'este proposito insistiu por muito tempo. É natural que sobre esta determinação escrevesse á rainha sua mãe, e lhe pedisse licença. E esta não faltaria a representar-lhe o estado deploravel em que se achava o reino, e o perigo em que elle ficaria se a alliança com a Inglaterra se rompesse. Tão pouco deixaria de pedir-lhe que se conformasse com a fatalidade dos tempos, sacrificando-se pela independencia da patria, como ella fizera quando se víra obrigada a casal-a com um rei protestante, attendendo aos valiosos soccorros que pelo seu casamento se alcançavam.

É certo que o reino se achava então a poucos passos da sua total ruina. D. Affonso VI, inhabil para reinar, trazia a corte em conflicto pelos seus desatinos; e, desobedecendo á rainha regente, sua mãe, a compellira a entregar-lhe as redeas do governo, saindo ella do paço para um convento. O infante D. Pedro, successor da corôa, tambem insultado pelo rei seu irmão, saira de Lisboa. A nobreza, dividida em duas parcialidades, faltava para os negocios do estado e para a campanha; muitos fidalgos haviam sido deportados, e outros tinham-se afastado da corte, para não serem colhidos nos enredos e tumultos originados da devassidão e incapacidade do rei [1].

Além d'isto, a Hespanha tinha invadido Portugal com tres exercitos commandados por D. João d'Austria. O conde de Schömberg estava em dissidencia com os generaes portuguezes, e estes discordes entre si.

Tal era a perigosa situação do reino quando D. Catharina tentava divorciar-se de seu marido! Se n'esta conjunctura nos faltasse o apoio e os soccorros da Gran-Bretanha, unica potencia que nos auxiliou durante a guerra da independencia, a Hespanha ter-se-hia prevalecido d'esta ruptura.

Taes nos parecem ser as causas que determinaram a nossa princeza a reconciliar-se com seu marido.

Depois d'isto, durante os vinte e tres annos que foi casada, Carlos II respeitou sempre a rainha, sem, todavia, deixar a vida dissoluta que lhe abbreviou a existencia. Incapaz de amar, se não era por sensualidade, n'alguns lances deu, comtudo, provas de que reconhecia o amor de sua mulher.

Apontaremos alguns exemplos.

N'uma doença que D. Catharina teve, pouco depois dos successos que havemos relatado, os medicos desesperaram de a salvar; e, communicando esta noticia ao rei, elle manifestou a sua mulher o mais vivo pezar. A rainha, julgando que lhe fallava pela ultima vez, disse — que a sensibilidade que elle mostrava pela sua morte era o unico motivo por que desejaria viver; mas que, não tendo encantos para merecer a ternura de seu marido, tinha ao menos a consolação de deixar o thalamo a outra esposa que fosse digna d'elle, e á qual o ceo concedesse a benção que lhe tinha negado a ella. E perdendo a falla, a rainha, tomando as mãos do rei, lh'as banhou com as lagrimas que derramava. Carlos II, não menos sensibilisado, conjurou-a a que vivesse por amor d'elle. Estas palavras causaram á infeliz rainha tão vivo transporte de alegria, que, estando moribunda, a salvou. Tão vivificas são as reconciliações conjugaes!

Assim o refere um dos frequentadores do paço de Whitehall, o conde de Grammont [1]. E o doutor Lingard [2] accrescenta que D. Catharina, julgando-se em artigo de morte, pedíra a seu marido que a mandasse sepultar no jazigo de seus paes, em Portugal, e que protegesse a sua patria contra a invasão de Hespanha; que o rei, ajoelhado junto do leito, lh'o promettêra, e com muitas lagrimas beijára a mão á rainha.

Quando os cortezãos, socios das devassidões de Carlos II, se lhe offereceram para propor ao parlamento o seu divorcio com a rainha, por esterilidade, elle recusou o seu consentimento, dizendo que seria barbaro corresponder assim á docilidade e virtude da infanta de Portugal.

O bispo de Salisbury conta [3] que o duque de Buckingan, ministro de estado, se offerecêra ao rei para raptar a rainha quando estivesse n'algum dos bailes de mascaras a que a corte ia frequentemente, enviando-a depois para qualquer colonia; que se divulgaria que ella tinha fugido do paço, e com este pretexto se alcançaria um *bill* de divorcio. Mas que sua magestade rejeitára esta proposição com horror, dizendo que nunca seria tão cruel que assentisse em desgraçar uma honesta princeza para toda a vida, só porque ella era sua mulher e tinha a infelicidade de não lhe dar filhos.

Mas de todas as angustias por que passou a desventurada rainha, nenhuma lhe deveu ser mais pungente que a de ser accusada no parlamento de haver entrado na chamada *conspiração dos papistas*, que se dizia feita para assassinar Carlos II, e passar o sceptro a seu irmão, o duque de York, que havia abjurado a religião protestante, e o alcunhavam vassallo do papa.

Um padre chamado Tito Oates, que havia sido expulso do collegio dos jesuitas inglezes, de maus costumes, e repellido de toda a gente de bem, conseguiu ser admittido á barra da camara dos communs, e accusar de conspiradores contra a vida do rei muitos innocentes, e principalmente o medico da rainha, jurando que ella o peitára para envenenar seu marido.

Esta denuncia, posto que feita por um homem tão desprezivel, mereceu ser attendida pela camara dos communs, que dirigiu ao soberano uma mensagem para que a rainha e todos os seus criados fossem expulsos do paço. Carlos II não só desattendeu esta injuriosa mensagem, mas nunca deu credito ás denuncias de Oates; e uma testimunha insuspeita [4] refere que o rei lhe enumerára todos os artigos da denuncia contra a rainha, e por fim lhe dissera que ella tinha defeitos, mas que era incapaz de tão negra perfidia. E accrescentou: «Além do que me podem arguir a respeito d'ella, seria a ultima crueldade entregal-a aos que a querem diffamar. Sei que tenho vivido mal, mas hei de emendar-me, e nem por todos os bens d'este mundo commetterei uma covardia.»

E manteve a sua palavra, porque muitos dos que Oates denunciára foram justiçados; porém o medico da rainha saíu absolvido, e ella não padeceu mais que as amarguras de tão execranda imputação.

[1] Vid. as bem conhecidas obras: *Catastrophe e anti-catastrophe de Portugal*; as cartas de Southwel, embaixador de Carlos II em Lisboa; *Reinado de D. Affonso VI*, memoria publicada no vol. V d'este semanario.

[1] *Mem.*, pag. 125.
[2] *Hist. d'Ang.*, tomo. IV.
[3] *Hist. do meu tempo*, tomo II.
[4] O dr. Burnet, bispo de Salisbury.

Por ultimo, Carlos II, antes de expirar, deu o mais solemne testimunho que a rainha podéra ambicionar para sua justificação. Não tendo ella animo para assistir aos ultimos momentos de seu marido [1], mandou-lhe pelo seu confessor pedir perdão dos desgostos que lhe houvesse causado. Ao que elle exclamou: «Pobre mulher! pede-me perdão, e sou eu que lh'o devo implorar de todo o coração. Dizei-lhe isto [2].»

Em 1685, em que falleceu Carlos II, terminou o supplicio de vinte e tres annos, que padeceu em quanto foi casada a desditosa filha del-rei D. João IV.

Para que se avalie quão tormentosa foi a sua existencia em Londres, além dos martyrios domesticos já referidos, oiçamos o que de Carlos II e do seu reinado dizem os principaes historiadores de Inglaterra.

Macaulay, descrevendo a corrupção e immoralidade d'este reinado com a mestria que todos os contemporaneos lhe reconhecem, conclue que o rei Carlos fazia tão pouco caso da opinião, que a gloria ou a infamia era para elle tão indifferente como a luz ou as trevas para um cego.

Lingard affirma que, do principio ao fim do seu reinado, Carlos II foi um escravo das mulheres. E que se houve periodos da historia de Inglaterra, em que a immoralidade prevalecesse, em nenhum com tanta ostentação, e paga com tanto descaramento.

Hume diz que este Stuart expoz continuamente a Inglaterra á ignominia de uma conquista estrangeira e aos horrores da guerra civil.

E. de Bonnechose entende que na Inglaterra tem havido reinados mais sanguinarios, porém nenhum mais vergonhoso que este.

Burnet, que frequentava o paço de Carlos II, achando que a indole e vicios d'este rei tinham similhança com os de Tiberio, faz, na *Historia do seu tempo*, o parallelo d'estes dois soberanos.

Não multiplicaremos as citações, pois são já bastantes para se medir a grandeza do sacrificio que a nossa infanta fez para que vingasse a restauração de 1640.

Já viuva, D. Catharina viveu ainda em Inglaterra sete annos, auxiliando o restabelecimento da religião catholica n'aquelle reino. Mas expulso por este motivo Jacob II, seu cunhado, regressou a Portugal em 1693, sendo recebida com honras magestaticas e grandes festejos populares.

Edificou para sua residencia o palacio da Bemposta, onde falleceu a 31 de dezembro de 1705.

Foi duas vezes regente do reino. A primeira em 1704, quando el-rei D. Pedro II, seu irmão, foi commandar o exercito contra Filippe V de Hespanha; e a segunda no anno seguinte, por doença do mesmo D. Pedro II.

Foi esta princeza que estabeleceu a carreira dos paquetes inglezes para Lisboa, a fim de receber regularmente as mezadas do seu dote, que de Londres lhe enviaram até á sua morte.

Fez testamento, em que herdou grande riqueza ao rei seu irmão, e fez muitos legados a portuguezes e inglezes da sua casa.

Quanto ao seu jazigo, dispoz:

«Quando Deus Nosso Senhor for servido levar-me para si, ordeno que meu corpo seja sepultado no convento de Belem, junto ao principe D. Theodosio, meu irmão, que Deus tem. E no caso que seus ossos sejam trasladados para o convento de S. Vicente de Fóra, d'esta cidade, como deixou disposto em seu testamento el-rei D. João IV, meu senhor e pae, é minha vontade que os meus da mesma sorte se trasladem, e se lhes dê sepultura na capella-mór do dito convento; e a fórma de meu enterro e funeraes se regulará pela vontade e disposição do meu testamenteiro.»

[1] Alguns historiadores dizem que o motivo fôra estarem as tres amasias do rei em volta do seu leito. Vid., entre outros, o sabio Macaulay, *Hist. de Ingl.*, tomo I.

[2] Lingard — *Ubi suprà.*

Em cumprimento d'esta manda, foi o corpo da rainha depositado junto ao do principe D. Theodosio, seu irmão, na capella-mór da egreja de Belem.

Depois do terremoto de 1775, quando se fizeram as obras para reparar os estragos que padeceu esta egreja, foi o caixão em que estavam os ossos da rainha trasladado á capella do cruzeiro, do lado da epistola, e deposto n'um altar junto do mausoléo del-rei D. Sebastião, onde até hoje se tem conservado.

Logo que para o novo jazigo real, que em 1855 se fez na egreja de S. Vicente, se trasladarem os ossos do principe D. Theodosio, devem ir tambem os de sua irmã, a rainha da Gran-Bretanha, conforme a sua ultima vontade.

Posto que já publicassemos o retrato de D. Catharina [1], tirado do que em Londres foi pintado para a galeria do rei; e referissemos o que da physionomia d'esta princeza disseram os escriptores estrangeiros, reproduziremos agora as palavras de um auctor nacional e coetaneo [2]: «Foi a rainha D. Catharina baixa de corpo, grossa, de agradavel presença; bem entendida, alguma coisa severa; fallava pouco, mas com boas palavras.»

O padre Antonio Vieira foi mui affecto a esta princeza. Fez-lhe um epithalamio em latim; dedicou-lhe o tomo XI dos seus *Sermões;* e no volume das *Cartas* d'este famoso auctor andam algumas que elle do Brasil escreveu a D. Catharina para Londres e Lisboa.

Por ultimo, diremos que Portugal se deve gloriar de ter dado á Gran-Bretanha uma rainha exemplar, louvada não só nos annaes da Inglaterra, mas na historia universal.

A. DA SILVA TULLIO.

CIDADE DE LAMEGO

(Conclusão. Vid. pag. 367)

A egreja de Nossa Senhora de Almacave é, inquestionavelmente, muito mais antiga que a sé. Dizem que fôra fundada pelos suevos, e que servira de cathedral na primeira instituição da diocese lamecense, e em quanto duraram as monarchias sueva e goda. Comtudo, esta asserção não se apoia em documentos irrecusaveis; apenas tem por si noticias tradicionaes, e as escriptas procedentes d'aquellas. O que parece não admittir dúvida é ter servido o edificio da egreja de mesquita sob o dominio arabe, e ter sido purificada e consagrada ao culto catholico por ordem do conde D. Henrique, quando este principe se assenhoreou da cidade e fez baptisar ao régulo Eicha. Revela o edificio na sua architectura, não só modesta, mas tambem humilde, e até mesquinha, muita ancienidade. Todavia, não condiz a fachada da egreja com o estilo arabe, nem o portico ogival com a architectura usada em tempo do conde D. Henrique, como em outro logar observámos. Deve-se suppor, por conseguinte, que o edificio primitivo passou por alguma reedificação, ou alteração parcial, sob o governo de D. Affonso Henriques.

Tambem a tradição refere que na egreja de Nossa Senhora de Almacave se reuniram em 1143 as cortes que pozeram a coroa de rei sobre a fronte do vencedor de Ourique, e que constituiram Portugal em monarchia hereditaria, independente e livre. Porém a tradição, embora passada de paes a filhos no decurso de alguns seculos, é hoje, á falta de documentos authenticos que a auctorisem, mui plausivelmente contestada.

Contém mais a cidade os seguintes edificios religiosos e estabelecimentos pios: a egreja e hospital da Misericordia, fundados nos principios do seculo XVI; o convento das Chagas, de freiras claristas, edificado em 1588; e outro de recolhidas. Teve tres conventos

[1] A pag. 25 d'este volume.

[2] D. Antonio C. de Sousa, na *Hist. gen.*

de religiosos, extinctos em 1834, mas cujos templos se conservam, e eram os que seguem: Santa Cruz de Val de Rei, da congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista, fundação do anno de 1596; S. Francisco, de frades capuchos da provincia da Conceição, reconstruido em 1568, e que fôra primitivamente casa de templarios; e Nossa Senhora da Piedade, de eremitas calçados de Santo Agostinho, fundado em 1630. Ha na cidade varias ermidas, d'entre as quaes mencionaremos a de Nossa Senhora da Paz, contigua ao castello, e cuja fundação primitiva é de tanta antiguidade, que pretendem alguns antiquarios que esta, e não a egreja de Nossa Senhora de Almacave, fôra a primeira cathedral ou matriz de Lamego, assim que foi resgatada do poder dos moiros.

O paço episcopal é um bom edificio, mas sem bellezas de architectura, nem mais merecimento que a sua grandeza. Tem cêrca com seu jardim.

O castello, posto que bastante arruinado, é um soberbo monumento das eras guerreiras de Portugal. Nas suas muralhas torreadas abrem-se duas portas. A sua torre de menagem ainda campeia alterosa, dominando toda a cidade, como se vê na gravura a pag. 353. Presume-se que foram os sarracenos os seus primeiros fundadores, sendo depois reconstruido e augmentado pelos nossos reis em diversas epochas, desde o seculo XII até ao XIV. A sua historia é importante e curiosa; mas o espaço de que podêmos dispor não permitte que a tracemos aqui. D'ella apenas referiremos uma anecdota, que mostra o juizo e bom gosto do monarcha a quem a posteridade conferiu o epitheto de *principe perfeito*.

Mandára D. Francisco Coutinho, conde de Marialva e marechal do reino, abrir uma grande e formosa janella na elevada torre de menagem d'este castello. Indo a Lamego el-rei D. João II, logo depois de se concluir esta obra, perguntou-lhe o conde, muito ufano da lembrança que tivera, o que lhe parecia aquella janella. O soberano, vendo quão mal quadrava o remendo de architectura moderna e mais garrida na fronte austera e singela do monumento, respondeu-lhe «que mais sabía quem a abrira, que quem a mandou abrir.» N'estas poucas palavras fez el-rei o elogio do artista que executou a janella, e lançou a justa censura contra o innovador, que, sem sciencia nem consciencia, se atreveu a pôr feições postiças na face de um monumento venerando pela antiguidade e por tradições de gloria nacional.

Os edificios que deixâmos mencionados são os principaes da cidade. O dos paços do concelho é de pequena consideração.

Como todas as cidades antigas, que pouco se estenderam além dos limites que lhe serviram de berço, Lamego não apresenta um aspecto interior agradavel e alegre, se exceptuarmos as duas praças, principalmente o espaçoso terreiro chamado *campo do Tablado*, não obstante contar muitas casas de apparencia regular e boa. Possue um theatro e um club muito bem organisado.

Tambem não disfructa Lamego bonitos panoramas em dilatados horisontes, porque lhe obsta a sua posição baixa e entre montes. O viajante que a demanda descobre-a, apenas, quando já está mui perto d'ella.

Em compensação, é terra farta de boas aguas e de todos os generos necessarios á vida, bem como de muitos de regalo. Os rios Douro e Balsemão fornecem-lhe algum peixe. As hortas e pomares dos arrabaldes abastecem-lhe o seu mercado de muita diversidade de excellentes frutas, hortaliças e criação. Os montes em derredor abundam em caça rasteira e do ar; e em todo o concelho se criam differentes especies de gado.

Os principaes productos agricolas do concelho de Lamego são, além dos que acima referimos, os seus vinhos especiaes, algum azeite, cereaes, legumes e linho.

Fazem-se na cidade duas feiras annuaes, a que concorrem muitos generos e fazendas de industria nacional, e muita gente de todo o districto e de fóra d'elle. Começa uma das feiras no primeiro dia de março, e a outra a 3 de maio.

Encerra Lamego 1:011 fogos e 4:992 habitantes, segundo o censo de 1864. Entre os seus moradores contam-se muitas familias nobres. É esta cidade cabeça de comarca de primeira classe. É séde de um juiz de direito, e das demais auctoridades administrativas e de fazenda, que lhe competem como cabeça de concelho. Aqui tem o seu quartel o regimento de infanteria n.º 9.

Os arrabaldes da cidade são formosos e pittorescos. As visinhanças do rio Douro, que corre, como dissemos, a distancia de 5 kilometros; as margens verdejantes das ribeiras Balsemão e Fafel; valles mui bem cultivados; collinas e montes vestidos de basto e copado arvoredo; por toda a parte, e sempre, as galas da vegetação, entretidas pela abundancia das aguas e pelos amiudados nevoeiros que se levantam do rio e das ribeiras; todas estas circunstancias são proprias para darem áquelles logares frescura, amenidade e belleza.

Além d'isto, ha um sitio n'estes arrabaldes que reune aos encantos e contrastes da paizagem os respeitos da devoção. Alludimos a um sanctuario muito concorrido e venerado dos fieis. É a capella de Nossa Senhora dos Remedios, edificada no alto de um monte coberto de frondoso arvoredo, e a curta distancia da cidade. Foi fundada em tempos muito antigos, e consagrada ao martyr Santo Estevão. Pelos annos de 1550, pouco mais ou menos, reedificou-a desde os alicerces, e com muita grandeza, o bispo de Lamego D. Manuel de Noronha. Concluidas as obras, collocou este prelado no altar da dita capella uma imagem da Virgem, de um metro de altura, esculpida em marmore com bastante primor, e á qual deu a invocação de Nossa Senhora dos Remedios. Começando desde logo a devoção do povo com a santa imagem, d'ahi por diante ficou a ermida intitulada de Nossa Senhora dos Remedios.

Não ha certeza onde foi feita a imagem; presume-se, porém, que o fôra em Roma, em razão de saber-se que o mesmo bispo mandára vir d'essa cidade a imagem de Nossa Senhora do Rosario, tambem de pedra, e que se venera na sé.

Este sanctuario é o Bom Jesus do Monte da provincia da Beira. Posto que não seja tão grandioso como este, assimilha-se, todavia, na situação, em certas disposições da construcção, na densa floresta que o cérca e assombra, e na grande multidão de povo e de romagens que alli acode nos dias da festa da Senhora, que se celebra duas vezes no anno, a primeira em o dia dos Prazeres, depois da paschoa, e a segunda a 5 de agosto.

Ha nos arrabaldes de Lamego mais duas ermidas que merecem menção especial, e são a de Nossa Senhora do Amparo, ou dos Meninos, e a de Nossa Senhora do Desterro. Aquella, situada na margem da ribeira Balsemão, junto á cidade, e no districto parochial da sé, é notavel por estar edificada sobre umas penedias que se despenham até grande profundidade, por meio das quaes passa uma levada que vae fazer andar uns moinhos. O fundo do abysmo é todo eriçado de agudissimas fragas. A outra, de Nossa Senhora do Desterro, levanta-se perto da ponte do rio Balsemão, que dá entrada á cidade, ficando, por conseguinte, no principio da rua da Corredoura.

É a ermida de boa architectura, e foi fundada pelo balio de Lessa, D. Fr. Luiz Alvares de Tavora, da casa dos condes de S. João, ao diante marquezes de Tavora, e ao presente extincta. Quando os bispos de Lamego vão tomar posse da sua diocese, é n'esta ermida que se vestem de pontifical, e d'alli fazem a sua entrada publica e solemne na cidade. I. DE VILHENA BARBOSA.



D. Fr. Bartholomeu dos Martyres

I

Na galeria dos homens illustres é bom que se pendurem os retratos d'estes varões piedosos. Ao lado do descobridor aventuroso, do capitão audaz, do pensador austero, do poeta florido, do sabio profundo, ha logar para os apostolos da boa nova, que atravessam o mundo mais por sobre cardos pungentes do que por entre murtas e loireiros. A critica severa tem conseguido por vezes despovoar estas cabeças melancolicas da sua aureola de luz; mas o povo, abraçado ás lendas da meninice, continúa a adorar no sanctuario da sua alma os que tiveram lagrimas para todas as miserias e caridade para todos os infortunios.

Deixemos que além e áquem do Rheno se façam as terriveis exhumações de cadaveres sagrados; deixemos que a tinta dos philosophos pollua o sangue dos martyres; deixemos que em todas as cruzes se pregue um rotulo affrontoso; que ha de haver sempre joelhos que se verguem diante d'esses sacerdotes do bem, d'esses propugnadores augustos do amor do genero humano.

O varão, cujo retrato damos hoje, pertence ao numero dos mais assignalados na virtude. Se a egreja o não encorporou ainda na lista dos seus santos, a devoção geral consagra-lhe um altar desde muito. A historia, implacavel e severa, já quiz achar capitulo para censura, porque é seu officio descobrir o limo terreno nas creaturas mais purificadas pela chamma divina; mas se porventura o achou, nem por isso é menos alvo, no todo, o alabastro de que se fez esta estatua.

D. Fr. Bartholomeu dos Martyres domina, com a sua figura magestosa, no grupo dos homens de consciencia serena e de animo sem refolhos. Elevado ao fastigio do poder, conserva a ingenua simplicidade dos mansos de coração. Ha n'elle um traço de brandura que revela sempre o pastor d'almas, o discipulo do evangelho. Quer a disciplina no clero e o bem por todo o mundo. A espaços vemos-lhe cair dos labios palavras de desconsolação amarga. É quando os escarcéos mundanos ameaçam a barca de que elle é piloto; é quando afrouxa o laço de piedade com que desejára enleiar o seu rebanho muito querido.

Rude para comsigo e cheio de lenidade para com os demais, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres tem linhas, no tocante á disciplina, que dão a lembrar as das feições energicas de Savonarola, temperadas suavemente por um colorido celestial. Veremos no rapido bosquejo que se segue como elle, dando de mão a complacencias, manteve sempre os dogmas que presidem a um caracter recto e a um coração desassombrado.

Antes, porém, de compendiar as partes que constituem a vida intima d'este nosso insigne compatriota, digamos de sua biographia as palavras indispensaveis. Tarefa espinhosa é esta, dês que a mais elegante penna que tem escripto em lingua portugueza traçou com letras de oiro um livro que ha de viver em quanto nos durar o gosto e a admiração pelas boas obras. Sem querer, todavia, rastrear bellezas n'este ou n'aquelle formoso alegrete, diremos de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres o que, em resumo, dá a medida das suas qualidades, tendencias e dotes preclaros. Será isto um perfil contornado sem esmero, mas, ao menos, com a fidelidade de quem respeita o original.

Nasceu o nosso prelado na cidade de Lisboa, correndo o anno de 1514, a poucos dias do mez de maio. Foram seus paes Domingos Fernandes e Maria Corrêa, ambos naturaes do logar da Verdelha, termo de Lisboa. Eram estes abastados de bens da terra, e não menos acreditados por sua christandade. Pondo a seu filho o nome de Bartholomeu, additaram-lhe o appellido de Martyres, por ser na freguezia de Nossa Senhora dos Martyres que o menino recebeu o baptismo.

Se é certo que as incliuações futuras se principiam

a denunciar em annos ainda verdes, parece que desde as mantilhas já o embryão do arcebispo de Braga deitava de si cheiros de virtude. O haver nascido trazendo sobre as costas da mão direita uma cruz impressa, floreteada nos quatro remates, não é para nós o prognostico ou indicio do que ao diante se havia de desabrochar em actos piedosos. O que os chronistas asseveram é que elle, desde os mais tenros dias, dava mostras de uma bondade de alma, que era para encher de pasmo a quantos observavam extremos tão prematuros.

Como a peste ardia por esse tempo em Lisboa, haviam os paes de Bartholomeu partido para Terrugem, limite de Oeiras. Era sobre tarde, como se expressa o nosso amenissimo classico, e a mãe, á porta do casal, tinha o menino nos braços. N'isto chega-se um peregrino a pedir esmola, e logo o menino, com um alvoroço de contentamento, deita-se ao pescoço da mãe, e a sorrir para o mendicante, como quem se alegrava de ter ensejo para sarar feridas de desconforto. Não queiramos agora anatomisar friamente este quadro, que nos leva os olhos. Elle é de si tão aprazivel e tão risonho, que faz gosto conserval-o assim, frouxamente illuminado por um raio do sol que transmonta, e por um sorriso de mãe que se alegra.

Os primeiros annos de Bartholomeu correram como os de todas as crianças boas, sobre cujas cabeças loiras caem as benção dos paes e a de Deus. Antes de cumprir quatorze annos vemol-o no estudo das letras, e aos quinze valente grammatico e latino de mão cheia. Brindára-o a Providencia com entendimento agudo e uma memoria felicissima; isto, junto á applicação que lhe era propria, fazia com que o menino fosse medrando a olhos visto. A religião era todo o seu enlevo e cuidado; uma pobre roupeta de frade attrahia-o que nem roupagens de princezas. Andava n'aquelles amores com a egreja, amores que ao cabo se haviam de sanctificar, porque a egreja viria a ser sua esposa. A 11 de novembro de 1528, em dia de S. Martinho, recebeu o habito no convento de S. Domingos, e, passados os rigores do noviciado, fez sua profissão em 20 de novembro do anno seguinte.

Estava, finalmente, entrado n'esse caminho, para o qual tantas ancias o impelliam; via cumpridos os sonhos que o enleiavam sempre, e regalava-se comsigo mesmo por causa dos trabalhos e privações, que eram o mimo d'essa vida. Cada vez mais dado ao estudo, chegou a defender conclusões de logica por occasião de capitulo em Guimarães, no anno de 1532, e outras de theologia em Lisboa, em 1540. Aos vinte e oito annos recebeu o grau de presentado, e em 1551 o de mestre da ordem, seguindo-se a esta eleição a de definidor no capitulo de Lisboa.

Estas dignidades, que para outro qualquer seriam motivo de satisfação e de gaudio, não faziam senão padecer a modestia e encolhimento do nosso dominicano. Accresceu ao mais o requerel-o o infante D. Luiz para mestre de seu filho, que seria depois prior do Crato. Não se podendo negar nada a tal principe, metteu-se a caminho para Evora, d'onde veiu quando os religiosos do convento de Bemfica o elegeram para seu prior.

Succedeu por este tempo o vagar a egreja de Braga em D. Fr. Balthazar Limpo, e o querer a rainha D. Catharina prover a dignidade em quem fosse azado para ella. Veiu-lhe aos olhos fr. Luiz de Granada, seu confessor, mas logo este declinou de si o encargo, apontando o prior de Bemfica como a pessoa em quem justamente poderia recair a mercê. Foi elle chamado do seu retiro á presença real, e apertado com taes instancias, que mal se esquivava a ellas. Luctou contra o favor imprevisto, até que, constrangido do preceito da obediencia, acceitou como verdadeiro humilde, passando para o convento de Azeitão, em quanto tardava a bulla de Paulo IV, que foi passada em 27 de janeiro de 1559, e chegou a Lisboa no mez de agosto seguinte. A 3 de setembro do mesmo anno foi sagrado no convento de S. Domingos, e ahi mesmo recebeu o pallio, a 8, da mão do arcebispo de Lisboa D. Fernando de Vasconcellos de Menezes.

Eis elevado a arcebispo e senhor de Braga, primaz das Hespanhas, o frade para quem as delicias da vida estavam na reclusão da cella, na contemplação das verdades eternas, na prece fervorosa, e na abstenção de todas as pompas e grandezas. O baculo, que havia de ser nas suas mãos cajado de bom pastor, pesava-lhe como cruz alentada. Armou-se, porém, de resignação, esforçou-se com a confiança divina, e subiu com timido passo para a cadeira episcopal, onde de certo se cravavam tantos e tantos olhos invejosos. O modo por que a sua mão se fez sentir, assim nos negocios materiaes como espirituaes, attesta o zelo com que vigiava por todas as coisas. Os pobres tinham n'elle um pae, e o clero um mestre. Solicito e incançavel, occorria a todas as necessidades, e com tamanha diligencia, que, na phrase do mellifluo Sousa, nehuma havia tão encoberta que andasse fóra de seus memoriaes.

Contava anno e meio em seu governo, quando a corte romana, accordando em convocar-se concilio, despachou suas letras apostolicas aos 29 de novembro de 1560, as quaes, no anno seguinte, foram intimadas aos prelados d'este reino. Resolveu-se o arcebispo a partir, o que fez, chegando a Trento a 18 de maio. Por mais que se quizesse furtar ás honras proprias da sua hierarchia, não lhe dava Deus tão completo gosto. Os mais eminentes homens o visitavam e reverenciavam; chegára lá a fama de seu nome, e a todos aprazia ver um prelado de tanta auctoridade e respeito sob uma capa de humildade tão sincera.

Aberto o concilio, foi elle encarregado da revisão dos livros que se deviam prohibir; fel-o, e é seu o indice. Nas sessões que se celebraram houve-se com um desprendimento e alteza de espiritos, que era para maravilhar os mais abalisados. Sabia elle da gangrena que mais ou menos inficionava o clero, e queria estirpar o mal com mão firme e vista segura. Não podendo applaudir aquella onda de liberdade que engrossava ao norte da Europa, e que promettia alagar tudo, vexava-se com as demasias e licenças que iam corroendo os que tinham cargo de medicos. Por onde, tratando-se da reformação do estado ecclesiastico, elle dizia, com a chaneza que lhe era habitual, aquellas palavras, que ficaram perpetuas: «Os illustrissimos e reverendissimos cardeaes hão mister uma illustrissima e reverendissima reforma.»

Isto dizia elle, o bom do arcebispo, sem se lembrar que era exactamente esta verdade que fazia ondular a bandeira da rebellião, e que desprendia as linguas de fogo d'esses reformadores necessarios. A 8 de dezembro de 1563 retirou-se para Portugal, deixando de si tão avantajada fama, que a voz publica lh'o testimunhava, applicando-lhe com termo laconico: *Multa paucis*, dando com estas palavras a significar a admiravel clareza com que elle, em breve discurso, resumia os mais profundos conceitos e as sentenças mais luminosas.

(Continúa) E. A. VIDAL.

CASAMENTO DEL-REI D. AFFONSO III

(Conclusão. Vid. pag. 357)

III

Assim que constou o fallecimento del-rei D. Sancho II, foi acclamado solemnemente rei de Portugal o conde de Bolonha com o nome de D. Affonso III.

O novo soberano, apenas se viu pacifico senhor do

reino, esquecendo-se dos meios por que subíra ao throno e da sorte de seu desditoso irmão, ousou incorrer nas censuras da egreja, affrontando com singular persistencia e energia as iras do clero e os anathemas de Roma.

D. Affonso III, não obstante ser casado, resolveu-se a contrahir segundas nupcias, sem tentar, sequer, recurso á corte pontificia, nem processo algum de divorcio ou annullação de casamento com a condessa Mathilde de Bolonha, que, á partida do esposo para Portugal, ficára em seus estados, e lá se conservára a seu pezar.

Não cabe nos limites d'este artigo apreciar as razões que poderiam levar o monarcha a tão insolito e arrojado acto, nem tomar conhecimento da questão levantada por alguns dos nossos escriptores, sobre ter sido fecundo ou não aquelle matrimonio.

Resolvido el-rei a dar similhante passo, embora se julgasse com força e coragem para luctar com o poder theocratico, tinha a superar uma grande difficuldade, qual era a de achar um rei e uma princeza, ambos catholicos, que annuissem, aquelle a dar a mão de sua filha, e esta a receber por esposo um homem que se achava unido a outra mulher por laços sagrados e indissoluveis.

Logrou, porém, D. Affonso III o seu intento, encontrando na corte de Castella tudo quanto podia desejar: um soberano que se prestou de bom grado a conceder-lhe a mão de uma filha, e uma princeza formosa e cheia de virtudes que não se recusou a participar do seu thalamo nupcial.

El-rei de Castella D. Affonso X foi casado com a rainha D. Violante de Aragão; mas houve varios filhos de D. Maria Guilhen de Gusmão, a quem amava loucamente. O fructo d'essa paixão amorosa, ao qual D. Affonso dedicava mais entranhado affecto, era uma filha chamada Beatriz, que tinha no rosto a formosura da mãe e na alma a candura dos anjos.

Foi n'esta princeza que o rei de Portugal poz os olhos; e o soberano de Castella, todo enlevado no pensamento de ver a fronte da filha predilecta cingida com a coroa de rainha, não attendeu a consideração de especie alguma que contrariasse tão brilhante destino.

D. Affonso III, pela sua parte, fechou tambem os ouvidos a todos os conselhos e admoestações; e do mesmo modo desattendeu as súpplicas e justas queixas que lhe dirigiu a condessa de Bolonha, sua esposa, já em sentidas cartas, já por meio de embaixadores, que enviou a Portugal, encarregados de advogar a justiça da sua causa.

Duarte Nunes de Leão, na *Chronica del-rei D. Affonso* III, refere da seguinte maneira os queixumes e súpplicas que se continham nas cartas da condessa: Dizia ella que «mais sentia a ingratidão del-rei, e a mudança de tamanho amor, como entre elles havia, que a perda de deixar de ser rainha de Portugal... que lhe requeria a não deixasse, e que fosse seu marido na fortuna prospera, em que se via, como fôra na mediocre e na adversa. Lembrava-lhe que as injurias e deshonras que os homens faziam a suas legitimas mulheres não eram como as que se faziam ás amigas, porque todas ficavam carregando sobre elles mesmos. E que assim elle, entre todos os homens e reis do mundo, ficaria infamado. Rogava-lhe que lhe lembrasse que, sendo elle um infante sem terras, que não tinha mais que o valor de sua pessoa e o real sangue de que nascêra, ella o fizera senhor de suas terras e estado, e de seus thesouros, e muito mais de sua vontade. E como elle, sendo desherdado, se honrava do titulo de conde de Bolonha, que ainda não deixava sendo rei, era fraqueza e ingratidão não querer, quando veiu a seu reino, que se chamasse ella rainha de Portugal, como por direito o era. E que em quanto o mundo durasse lhe seria mui estranhado, e seria havido por um perpetuo e notavel exemplo de ingratidão e pouca fé; porque em a deixar nem fazia justiça como rei, nem guardára sua fé como cavalleiro, nem sentia dos sacramentos como christão, nem cumpria com as leis de bom companheiro, que era as perdas e ganhos serem communs, nem ainda com as de alguns animaes feros, que reconhecem as pessoas de quem recebem beneficios, como elle recebêra d'ella.»

Em vão appellou a condessa para a justiça do soberano, para a honra do cavalleiro, para a fé do christão, para a lealdade do consorte e companheiro, e, em fim, para os sentimentos generosos do homem. Tudo foi baldado. D. Affonso III recebeu-se á face da egreja com D. Beatriz de Castella (1253).

Assim que chegou a Bolonha a noticia do casamento del-rei, a condessa recorreu ao papa Alexandre IV, supplicando-lhe que obrigasse D. Affonso III a apartar-se de D. Beatriz de Castella, e a chamar para junto de si sua primeira e legitima mulher.

Annuiu o pontifice a estas súpplicas, e, indignado contra similhante escandalo, tal calor tomou na questão, que se empenhou entre elle e o monarcha portuguez uma lucta encarniçadissima, uma verdadeira lucta de gigantes.

Começou Alexandre IV por expedir a el-rei um breve, estranhando em phrases severas o seu procedimento, e mandando que se apartasse immediatamente de D. Beatriz, e recolhesse sua legitima mulher, e com ella vivesse como marido. Depois, vendo que el-rei não obedecia ás prescripções pontificias, ordenou ao arcebispo de Santiago que viesse a Portugal requerer e admoestar de novo el-rei, e, se este recusasse obedecer, o citasse e emprazasse para dentro de quatro mezes comparecer pessoalmente na corte de Roma, para ser ouvido com a condessa. E como el-rei não fizesse mais caso do arcebispo de Santiago do que fizera do breve do papa, instaurou-se processo na curia romana, e lavrou-se sentença contra el-rei D. Affonso e a rainha D. Beatriz, condemnando esta a separar-se del-rei, e aquelle a juntar-se com sua legitima esposa, sob pena de incorrerem ambos em excommunhão maior. Finalmente, continuando o monarcha a resistir, bem como a rainha, a todas as intimações e ameaças, foram ambos fulminados com as censuras da egreja, e foi lançado interdicto no reino.

Não obstante passarem-se estes successos no meiado do seculo XIII, em que a theocracia se achava no auge da sua influencia e poderio; em que os papas dispunham a seu bel prazer das coroas dos mais poderosos soberanos, D. Affonso III de tudo zombou. Persistindo na sua resolução com a maior contumacia, luctando com incrivel energia e coragem, venceu por fim. Ao cabo de mais de oito annos, passados n'esta contenda, e sob o peso dos anathemas de Roma, falleceram a condessa Mathilde e o papa Alexandre IV; e o seu successor, Urbano IV, cedendo, não sem grande difficuldade, ás instancias que lhe dirigiram o arcebispo de Braga e mais bispos do reino, levantou as censuras e interdicto, e legitimou o infante D. Diniz, que nascêra ainda em vida da condessa de Bolonha, habilitando-o para succeder no throno a seu pae, como veiu a succeder. Esta legitimação custou a el-rei D. Affonso uma somma de dinheiro exhorbitante.

Mas como saíu vencedor el-rei D. Affonso III em uma lucta travada em tal epocha e com taes adversarios? perguntará muita gente, com razão, porque é caso de pasmar. Venceu então o poder real porque o clero no reino não secundou o papa com todo o seu esforço, e porque o soberano achou apoio na nobreza e no povo, os dois principios sociaes que, estando unidos, sempre venceram e hão de vencer, quaesquer que sejam os tempos e as idéas.

I. DE VILHENA BARBOSA.

VILLA DA FIGUEIRA

(Vid. pag. 337)

Forte de Santa Catharina. Este castello fica exactamente no vertice do angulo formado pela margem direita do Mondego e pelo mar. Em virtude d'esta posição, domina-se do forte um panorama extremamente agradavel. A villa e suas cercanias; a barra e grande extensão do rio; a ilhota da Murraceira com as suas salinas e armazens de sal em tão grande numero, que simílham uma vasta cidade; serras longinquas; a do cabo Mondego com seu bem construido pharol; a villa de Buarcos; os palheiros e barcos dos pescadores; a immensa extensão do mar; as embarcações que o vão sulcando em diversos rumos; as ondas buliçosas a coroarem-se de espuma, e a desenrolarem-se successiva e interminantemente por sobre as areias resplandecentes das praias; tudo isto d'alli se disfructa em vasto, animado e formoso quadro.

Cresce de ponto a belleza d'este sitio quando as aguas se tornam furiosas e crespas, e as ondas se arremessam com sanha desmedida contra os enormes penedos sobre que o castello assenta. É, na verdade, bello ver então este embate das vagas contra os rochedos: ellas, loucas, a accommettel-os furiosas, a batel-os com vehemencia; elles, sempre firmes e impassiveis, a desfazerem a furia das aguas e a convertel-as em branco leite, que ora mana por sobre o verde-negro dos mariscos que os revestem, ora se eleva vistosamente aos ares parecendo perolas esparzidas.

É d'esta fortaleza que se fazem os signaes para a entrada das embarcações no porto.

Em 1808, estando este castello occupado pelos francezes, foi-lhes tomado em virtude de uma brilhante facção por parte da academia conimbricense. Permitta-se-nos que narremos circunstanciadamente este feito, que de tanta gloria foi para os estudantes da universidade.

Tendo-se revolucionado a cidade de Coimbra para sacudir o jugo estranho e restaurar o legitimo governo, o corpo academico da universidade tomou logo uma attitude guerreira, alistando-se em duas secções: a dos estudantes debaixo do commando de Tristão Alvares da Costa, lente de calculo e major de engenheria; e a dos lentes debaixo do commando de Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcellos, primeiro lente da faculdade de canones. O vice-reitor, Manuel Paes de Aragão Trigoso, tinha sido acclamado governador da cidade.

Uma das primeiras operações que a revolução entendeu conveniente levar a effeito foi tomar o forte da Figueira, e aprisionar os francezes que n'elle estavam de guarnição, tanto para lhes tirar as armas e munições de guerra, de que havia grande falta, como para se estabelecer communicação com a esquadra ingleza. O estudante Bernardo Antonio Zagalo, sargento de artilheria, foi o encarregado pelo governador Trigoso de dirigir a expedição para atacar o forte.

Partiu de Coimbra o nosso guerreiro na tarde de 25 de junho; a sua força consistia apenas em 40 voluntarios, quasi todos estudantes como elle; mas o governador lhe deu ordens para que os ministros dos territorios por onde tinha de passar lhe prestassem todo o auxilio e gente que lhes pedisse.

Zagalo, tendo delegado o commando do destacamento em Antonio Ignacio Caiolla, sargento de Peniche, ordenou-lhe se fosse adiantando até Montemór pela margem esquerda do Mondego, em quanto elle com quatro cavalleiros ia seguindo pela direita. Por todas as terras por onde passaram foram fazendo acclamação, dando repetidos e enthusiasticos vivas, ao som de festivos repiques de sinos, e descobrindo as armas do reino.

Reunidos em Montemór, continuaram a marchar de noite, e ás sete horas da manhã chegaram á Figueira, contando já na sua hoste mais de 3:000 paizanos, armados de piques, lanças e foices. A villa foi atacada por duas divisões; foram logo presos onze francezes que andavam fóra do castello, e á porta do governador se postaram sentinellas.

Dirigiram-se depois para o forte, que esperavam obrigar a render-se por fome, porque lhes constava que os francezes estavam desprevenidos e faltos de mantimentos. O povo, possuido de grande enthusiasmo, e impaciente por se ver ás mãos com o inimigo, corria indiscretamente a atacar o castello; mas o nosso commandante, attendendo no perigo a que se expunha a multidão adiantando-se de mais, ordenou se retirasse. Fazendo n'essa occasião os francezes algum fogo de mosqueteria, os nossos, observando os movimentos, se deitaram em terra muito a proposito e não receberam damno.

Como o cêrco estava formalmente lançado, intimou Zagalo aos francezes que se rendessem, sob pena de serem passados á espada. Respondeu o commandante, que era um tenente engenheiro portuguez, que não podia render-se, porque, se tal fizesse, ficaria em grande perigo a sua familia, que tinha em Peniche em poder dos francezes. Continuou, portanto, o sitio, e, quando se estavam a render á discrição de hora para hora, no dia 27 o sargento Zagalo, por motivos que não referimos por serem alheios ao nosso proposito, recebeu ordem apertada do governador de Coimbra para se recolher immediatamente a esta cidade; mas, não podendo soffrer o ausentar-se deixando frustrada uma expedição de tanto empenho, e que se achava tão felizmente encaminhada, propoz ao commandante uma capitulação, cujas condições consistiam em entregarem os francezes o forte e poderem ausentar-se para Peniche, levando espingardas e mochilas, porém sem polvora nem bala. A proposta foi acceita; e, estando os francezes para embarcar, a fim de passarem á outra banda, caminho de Peniche, quiz o povo fiscalisar se elles cumpriam as condições; e, posto que lhes achassem as cartuxeiras vasias, encontraram-lhes alguns cartuxos que levavam escondidos entre ellas e as patronas. Como infractores da capitulação, ficaram os francezes prisioneiros, e juntamente um tenente de artilheria, e outro de engenheria, que era o commandante.

Em seguida se arvorou no forte a bandeira portugueza e se deram salvas de artilheria, ficando por governador o major Soares.

A expedição, trazendo os prisioneiros, as suas armas e cinco peças de artilheria, regressou a Coimbra, onde entrou mais ufana com a sua preza do que em outro tempo em Roma os vencedores do mundo carregados com os despojos da Asia [1].

Ha na Figueira um club recreativo estabelecido em um bom palacete, que outr'ora pertenceu aos condes de Tavarede, e que hoje é propriedade do sr. Manuel dos Santos Junior, commerciante da praça de Coimbra. Este club é muito frequentado pela boa sociedade, principalmente no tempo dos banhos. A casa tem no mesmo pavimento seis magnificas salas, que todas communicam entre si, offerecendo grande commodidade para as esplendidas e animadas reuniões que ordinariamente ahi se fazem.

Ha n'esta villa uma associação de artistas, que tem por fim não só promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento das artes, mas tambem dar protecção e auxilio aos socios que d'elle precisam, por meio de soccorros mutuos.

Tem tambem a Figueira associação commercial, que foi creada para proteger os interesses do commercio.

(Continúa) AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO.

[1] *Minerva lusitana*, n.º 5, de 16 de julho de 1808.—*Historia da invasão dos francezes em Portugal*, por José Accursio das Neves, tomo III, cap. XVI.—*Apontamentos para a historia contemporanea*, pelo sr. Joaquim Martins de Carvalho.

Lisboa — Typographia de Castro Irmão — Rua da Cruz de Pau, 31